

“AS DINAS DO ARAGUAIA”: TRAJETÓRIAS,
IDEALISMOS E PROTAGONISMOS CONTRA A
DITADURA MILITAR (1966-74)




Caminhos da História

“THE DINAS OF ARAGUAIA”: TRAJECTORIES,
IDEALISMS AND PROTAGONISM AGAINST THE
MILITARY DICTATORSHIP (1966-74)

“LAS DINAS DEL ARAGUAIA”: TRAYECTORIAS,
IDEALISMOS E PROTAGONISMOS CONTRA LA
DITADURA MILITAR (1966-74)

Cavalcanti Junior, Ary Albuquerque; Lima, Gilneide de Oliveira Padre

 Ary Albuquerque Cavalcanti Juniorⁱ
ary.junior@ufmt.br
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

 Gilneide de Oliveira Padre Limaⁱⁱ
gilneide.padre@hotmail.com
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da
Bahia (IFBA), Brasil

Caminhos da História
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
ISSN: 1517-3771
ISSN-e: 2317-0875
Periodicidade: Semestral
vol. 28, núm. 2, 2023
revista.caminhosdahistoria@unimontes.br

Recepção: 25 Maio 2023
Aprovação: 26 Junho 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/507/5074284008/>

DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v28n2p.103-122>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-Não Derivada 4.0 Internacional.

Resumo: : O presente artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas por seus autores acerca das militantes baianas Dinaelza Coqueiro e Dinalva Oliveira, a quem denominamos “Dinas do Araguaia”. Nele buscamos, ainda que brevemente, apresentar as diferentes trajetórias de cada uma delas, perpassando por suas infâncias, seus processos de inserção na militância política e a ida para a luta armada no episódio conhecido como guerrilha do Araguaia. Verificamos que, como na sociedade de modo geral, o lugar da mulher guerrilheira não é uniforme, tampouco linear na Guerrilha do Araguaia; mas também apresenta as contradições próprias da realidade concreta, naquele momento histórico. Constatamos que houve um grande esforço das mulheres guerrilheiras para se firmarem em condições de igualdade com os homens. As “Dinas do Araguaia se mostraram mulheres à frente do seu tempo: corajosas, idealistas e destemidas. Com a forte repressão que se abateu sobre a guerrilha, as Dinas do Araguaia foram presas, torturadas e mortas pelo Estado brasileiro. Seus corpos permanecem insepultos. A sua militância, como de outras mulheres que enfrentaram a ditadura, precisa ser lembrada, jamais esquecida, para que nunca mais aconteça aquele regime de terror e violência no nosso país.

Palavras-chave: Dinas, Militantes, Guerrilha do Araguaia.

Abstract: The present article is the result of the researchers developed by it's authors about the baiana militants Dinaelza Coqueiro e Dinalva Oliveira, which we denominate "Dinas of Araguaia". In it we seek to, even that only briefly, present the different trajectories of which one of them, going through their childhood, the process of their insertion in the political militancy and going to an armed struggle in the episode known as the guerrilla of Araguaia. We can verify that, as a society in general, the place occupied by the women in the guerrilla isn't uniform, neither linear in The Araguaia Guerilla; As well

it presents the concrete reality contradictions, in that historical event. We verify that there was a big effort from the guerrillas women so they could firm themselves in a equality condition with the men. The "Dinas of Araguaia" showed themselves as women ahead of their time: brave, idealists, and fearless. Due to the strong repression that fell over the guerrilla, the Dinas of Araguaia were arrested, tortured and killed by the Brazilian State. Their bodies kept unburied. Their militancy, just as the one from other women that confronted the dictatorship, needs to be remembered, never forgotten, so that regime of terror and violence never happens again in our country.

Keywords: Dinas, Militants, Guerrilha do Araguaia.

Resumen: El presente artículo, es el resultado de las investigaciones realizadas por sus autores sobre las militantes bahianas Dinaelza Coqueiro y Dinalva Oliveira, a las que llamamos "Dinas del Araguaia". En él buscamos, brevemente, presentar las diferentes trayectorias de cada una de ellas, considerando sus infancias, sus procesos de inserción en la militancia política y el paso hacia la lucha armada en el episodio conocido como la guerrilla de Araguaia. Verificamos que, en la sociedad en general, el lugar de la mujer guerrillera no es uniforme ni lineal en la Guerrilla del Araguaia, y también presenta, las contradicciones de la realidad concreta de aquel momento histórico. Constamos, que hubo un gran esfuerzo de las mujeres guerrilleras por establecerse en igualdad de condiciones con los hombres. Las "Dinas del Araguaia", fueron mujeres adelantadas a su tiempo: valientes, idealistas y sin miedo. Con la fuerte represión que cayó sobre la guerrilla, las Dinas del Araguaia fueron detenidas, torturadas y asesinadas por el Estado brasileño. Sus cuerpos permanecen insepultos. Su militancia, como la de otras mujeres que enfrentaron la dictadura, precisa ser recordada, nunca olvidada, para que ese régimen de terror y violencia no se repita en nuestro país.

Palabras clave: Dinas, Militantes, Guerrilha do Araguaia.

ENTRE OS CAMINHOS E AS SUBJETIVIDADES

Em 2023, completam-se cinquenta e nove anos do golpe que deflagrou um dos períodos mais obscuros de nossa recente história, a Ditadura Militar. Nesse contexto, várias frentes de luta e resistência foram

AUTOR NOTES

- i Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente é membro da *Red Panamazónica para la Formación y Enseñanza de la Historia*: panorama de pesquisa, diálogos e intercâmbio (REPAMFEH); do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI/UFMG) CÁTEDRA UNESCO; do Grupo de estudos e pesquisa em História e Memória Geracional e Trajetórias Sociogeracionais (GHEMPE/UESB); do Grupo de pesquisa Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (iTempo/UFPA) e do Grupo de Pesquisa Trilhas/UFMS. É coordenador do projeto de pesquisa: "Ditadura militar no Brasil: representações, sociedade e ensino de história" (UFMT). E-mail: ary.junior@ufmt.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7918-1892>.
- ii Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Integra os Grupos de Pesquisa História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sociogeracionais; Museu Pedagógico: a educação não escolar, ambos do Museu Pedagógico (UESB) e do Grupo de Pesquisa em História, Educação, Espaço e Memória do IFBA, Campus de Vitória da Conquista. E-mail: gilneide.padre@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3329-6211>.

importantes para o enfrentamento às práticas impetradas pelo Estado repressivo. Dentre elas destacam-se a militância feminina, a qual ocupou diferentes campos de atuação e revelou mulheres que enfrentaram em seus corpos não apenas toda a tortura dos anos de Ditadura, mas, as marcas misóginas e culturais do machismo. Destacamos ainda, a importância dos debates sobre ditadura militar e a luta contra sua negação, tendo em vista o crescimento, nos últimos anos, de visões distorcidas, relativistas e pautadas no revisionismo ideológico^[1].

Nós, autores deste texto, movidos por diferentes questões, elegemos nossos objetos de investigação para estudos de pós-graduação e aqui apontamos reflexões oriundas desses estudos. Essa escolha foi se delineando ao longo de nossa trajetória. Ary Cavalcanti Jr, egresso da Licenciatura em História da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), onde, no processo de elaboração do trabalho de conclusão do curso, passou a observar as inúmeras dificuldades que cercavam pesquisadoras/es que se enveredavam pela temática da militância feminina na Ditadura Militar, principalmente no estado da Bahia. A partir de então, passou a se dedicar aos estudos de gênero e trajetórias femininas no período. No mestrado destacou a trajetória de três mulheres no processo de resistência política a partir de diferentes frentes de luta, sendo elas: o movimento estudantil, a anistia e a luta armada no campo, a partir das trajetórias de Maria Liége, Diva Santana e Dinaelza Coqueiro, sendo as duas últimas irmãs^[2]. No desafio de fontes e perspectivas teóricas pôde encontrar documentações fora do estado da Bahia, principalmente em arquivos públicos como os de São Paulo e Rio de Janeiro. E no doutorado buscou aprofundar os estudos sobre as trajetórias das militantes baianas que estiveram no episódio conhecido como guerrilha do Araguaia, em especial Dinalva Oliveira e Dinaelza Coqueiro^[3], as quais permeiam o presente texto.

Gilneide Padre, por sua vez, desenvolvia, desde 2012, um trabalho junto ao Grupo de pesquisa do Museu Pedagógico/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) *Memória Geracional, Políticas Educacionais e Trajetórias Sociais*, realizando o levantamento de fontes documentais sobre os desaparecidos políticos durante a ditadura militar. No processo de organização das referidas fontes por esse grupo de pesquisa, deparou-se com o nome de Dinaelza Coqueiro. Fato bastante significativo, visto que, embora se tratasse de uma história pouco mencionada em família, sabia que Dinaelza era um ente familiar muito próximo, e ver o seu nome naqueles dados trouxe-lhe muita inquietação. Movida pela memória familiar e pelo dever de memória, julgou importante pesquisar a história de vida, a atuação política e a trajetória de busca do corpo insepulto empreendida pela sua família, desde a década de 1970^[4]. E eis que, em plena pandemia da Covid-19, em 2020, nos encontramos e começamos a estabelecer um diálogo acerca das questões de pesquisas comuns. Esse diálogo tem se mostrado bastante proveitoso. Neste texto, um dos frutos dessa parceria, abordaremos a militância feminina na Guerrilha do Araguaia, a partir dos estudos por nós desenvolvidos. Sendo assim, buscamos destacar, nesse artigo, reflexões acerca do protagonismo feminino na guerrilha do Araguaia e aspectos políticos, culturais e sociais que permeavam o período e as trajetórias das “Dinas do Araguaia”^[5].

Sobre a guerrilha do Araguaia, ela foi um episódio da história do Brasil que ocorreu na atual região Norte do Brasil, entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins durante os anos de 1966 e 1974. Dessa forma, com o objetivo de criar uma guerra popular prolongada, a qual derrotaria a ditadura e estabeleceria um caminho para o socialismo, um efetivo de aproximadamente 70 militantes chegaram à região (SEGATTO, 1995). Desse efetivo, dezessete eram mulheres, as quais foram juntamente aos demais militantes divididos em três destacamentos: Destacamento A, Destacamento B e Destacamento C (CAMPOS FILHO, 1997). A divisão em destacamentos tinha o objetivo de evitar um contato maior entre os grupos, tendo em vista as possíveis prisões e, conseqüentemente, a delação de lugares e nomes que pudessem comprometer a guerrilha (PARANÁ, 2006). Além disso, tal medida permitiu que a guerrilha conseguisse o alcance de 130 km de cobertura (GASPARI, 2004).

As militantes femininas que compuseram a guerrilha, nos referidos destacamentos foram: Criméia Schimmdt, Helenira Resende, Lúcia Maria, Jana Moroni e Maria Célia no Destacamento A. Suely Yumiko, Dinaelza Santana, Luiza Garlippe, Regilena da Silva Carvalho e Walkíria Afonso no Destacamento B. E, Áurea Valadão, Dinalva Oliveira, Maria Lucia Petit e Telma Regina no C. Cabe destacar a importância de Elza Monnerat, que apesar de não ter permanecido na região, ficou responsável pela estruturação da guerrilha e levar as/os militantes para lá. A militante Ryoko Kayano deveria compor o destacamento B, contudo foi presa a caminho (MORAIS; SILVA, 2005).



FIGURA 1
Mulheres militantes do Araguaia
Cavalcanti Junior (2020)^[6]

Ainda que o foco deste artigo seja pontuar a militância de Dinaelza Coqueiro e Dinalva Oliveira (centro da figura 1), consideramos necessário destacar não apenas o nome, como enunciado no parágrafo anterior, mas, as fotos de todas as mulheres que compuseram a guerrilha do Araguaia ou que estiveram em seu projeto. Isso porque, compreendemos ser fundamental reafirmar o protagonismo feminino diante das diferentes frentes de luta ao longo da história nacional e combater seus silenciamentos, seja discursivo ou/e imagético.

DINAELZA COQUEIRO

Terceira filha de uma família de 6 irmãos, Dinaelza Santana Coqueiro^[7] nasceu em 22 de março de 1949 na região do São Sebastião, zona rural do município de Vitória da Conquista, estado da Bahia. Filha de Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana (PADRE, 2020). Viveu os primeiros anos de sua infância próxima à família da sua mãe, Dinaelza, ou Diná, como era chamada por entes queridos, viveu ali até os oito anos de idade. Segundo sua prima Maria Vitória Soares (2017), Diná foi apelidada de Gazeta, uma vez que “ela não podia ver um pedaço de jornal que começava a ler”^[8]. Este fato nos revela uma singularidade de Dinaelza: o gosto pela leitura. Num tempo em que a chegada de publicações era escassa no lugar em que morava, e ela, diferente das outras crianças, já era ávida por informações e notícias. Algo muito peculiar!

Em 1957, a família de Dinaelza migrou para a cidade de Jequié, no Estado da Bahia em busca de maiores oportunidades de estudo para as filhas. Essa migração fazia parte do movimento campo-cidade tão comum na sociedade brasileira, naquele período^[9]. Junília e Antônio, os pais, procuravam um lugar que oferecesse melhores escolas para as crianças. Na nova cidade a família morou, inicialmente, numa casa alugada e após

um ano para casa própria. A mãe costureira, o pai, técnico agrimensor, viajava muito e passava, quase sempre, apenas os finais de semana em casa. As filhas Dilma, Dinaelza e Dinorá estudavam no Grupo Escolar Castro Alves, escola pública estadual. Em Jequié, as jovens viveram os primeiros anos da ditadura militar que se instaurara no país, sem se darem conta do que aquilo, de fato, significava (PADRE, 2020). Com o passar dos anos Diná e suas irmãs fizeram o curso normal no Instituto de Educação Régis Pacheco. Nesse momento, segundo Dilma Miranda, ela e Dinaelza começaram a ter uma certa atuação política:

Nesse período, a gente tinha uma participação muito... não muito, era mais movimento estudantil, campanha pra... fazia as campanhas pra eleger presidente de grêmio, teve uma época que nós participamos de um apitajo pra baixar o ingresso do cinema... A gente participava e a gente também participava de clube de literatura, pra ler. Se reunia para ler, e, à noite, nós, eu e Dinaelza, principalmente, nós nos reuníamos na casa de uma colega para estudar para o vestibular em Salvador e lá também a gente fazia umas leituras de documentos políticos (MIRANDA, 2016, s.p)^[10].

Cumprе salientar que, para Dilma, não está muito claro o significado dessa participação, naquele momento, como uma atuação política; mas, apenas de uma movimentação juvenil em prol de uma causa comum. Ainda durante o curso Normal (então denominado Pedagógico), Dinaelza e Dilma passam a fazer parte do Clube de Literatura. O grupo era formado por colegas de escola. Sob o pretexto de se prepararem para o vestibular, estudavam literatura e história. Aos poucos, foram incorporando aos estudos temas com abordagem política. Liam publicações que, na época, eram proibidas pela ditadura, como, por exemplo, o jornal *A Classe Operária*, *O Capital*, de Marx, e obras de *Mao Tse Tung*. Muitos encontros aconteciam à noite, na garagem da casa de uma das colegas: Cica. Outros, na própria casa da família Soares Santana e até mesmo em casebres alugados na periferia de Jequié. Terminada a reunião, os documentos eram colocados em uma mala, enterrados, e, por cima, eram colocadas plantas. Muitas vezes, eram levados para lugares, na redondeza, onde guardavam, ou melhor, escondiam os documentos (LIMA, 2019).

Observamos, mais uma vez, que, Dinaelza, como outras jovens que compunham o Clube de Literatura, parecem romper as barreiras impostas socialmente no que concerne aos papéis desempenhados por homens e mulheres naquele contexto histórico. Naquela conjuntura, entre as décadas de 1960 e 1970, os papéis dos sujeitos sociais homens e mulheres eram bem demarcados. Aos homens, estava reservado a esfera pública, onde se insere a política e, às mulheres, o privado, o lar, o espaço doméstico. As jovens mulheres, estudantes normalistas de Jequié, interior da Bahia, começam a se envolver em questões políticas. Inicialmente, apenas com leituras de livros e documentos proibidos à época e, paulatinamente, vão passando a desenvolver outras ações. Segundo Dilma Miranda, na entrevista anteriormente mencionada, militantes vindos de Salvador, eventualmente, participavam das reuniões, o que nos revela a importância daquelas atividades para o partido.

Lembro da minha parte de dois que iam de Salvador, que é o marido de Noélia, Serra, que tinha o nome de guerra Serra, que era nome de guerra... E a gente só via a pessoa uma vez, não podia ver mais. E nome também... usavam outros nomes. Tinha um que vinha com o nome de Rafael, era gordo, meio louro. Esse era o que mais ia (MIRANDA, 2016, s.p).

É também de Dilma a informação de que ali em Jequié, também ocorreram exercícios de tiro. Ela mesma chegou a participar de exercícios de tiro no mato juntamente a outras jovens da cidade, dentre as quais estavam Luzia Ribeiro Reis, futura militante do PC do B, que também engrossou as fileiras do exército guerrilheiro no Araguaia, e Noélia, sua irmã, que, em Salvador, também se tornou um quadro do partido. Entre risos e a confissão de ter tentado participar do exercício por idealismo, ela revela: “Nunca atirei porque eu tinha medo de lagarta”. Embora, por vezes, tivesse tentado participar do exercício, conforme ela assegura: “Eu ia naquela... sei lá... naquele... acreditar da adolescência, do idealismo de ir... querer [...]” (MIRANDA, 2016, s.p).

Vale ressaltar que o contato com arma era não era novidade para as filhas de Antônio Santana, seu pai. Ele sempre teve arma em casa e era um grande incentivador para que as filhas aprendessem a atirar. Portanto, o exercício proposto pelo partido se constituía de algo já corriqueiro para elas. Segundo as irmãs, Dinaelza não apenas participou desses exercícios clandestinos de tiro, como também chegou a andar armada, conforme assegura Padre (2020).

A essa altura, as irmãs militantes do PC do B não participavam de festas como Micareta, por exemplo, porque consideravam, como diziam os camaradas, que aquilo era coisa da pequena burguesia. Além disso, havia o risco eminente da prisão e, por consequência da tortura e morte. Para aquelas jovens idealistas, no entanto, o maior perigo era colocar em risco a organização, visto que, presas, certamente, seriam colocadas em situações nas quais a delação aos companheiros/as de militância seria inevitável. E isso, acarretaria risco a toda a organização (PADRE, 2020).

Alternando uma rotina de estudos, trabalhos domésticos, ofício de professora de escolinha particular, costureira e atividades política, no final de 1968, Dinaelza conclui o curso normal, passando a gozar do *status* de professora normalista formada. Em 1969, mudou-se para Salvador, onde prestou vestibular para Geografia na Universidade Católica do Salvador e foi aprovada. Na capital, passou a trabalhar na Sadia Transportes Aéreos^[11] para ajudar no custeio dos seus estudos. Vivia em um pensionato, localizado no Bairro dos Barris, onde também se instalava a maioria dos estudantes oriundos de Jequié que vinham estudar na capital (PADRE, 2020).

O ano de 1968 foi fortemente marcado pelos movimentos estudantis em todo o mundo. Manifestações de protestos eclodiram em quase todo o planeta, a maioria liderada por jovens estudantes. No Brasil, no contexto de uma ditadura militar, 1968 assumiu particularidades próprias. Além das reivindicações estudantis de ensino público, gratuito; os estudantes também contestavam a ditadura e o cerceamento às liberdades democráticas em suas manifestações. Embora as manifestações estudantis já viessem ocorrendo desde 1966, “foi em 1968 que amadureceu a rebelião estudantil” (RIDENTI, 2002, p. 150). Assim, se por um lado os estudantes ousavam o enfrentamento à ditadura, por outro, o regime radicalizava cada vez mais e aumentava a repressão. Essa radicalização culminou com a edição do Ato Institucional de nº 5, em 13 de dezembro de 1968.

A partir de então, a ditadura endurece ainda mais, dando início a sua segunda fase. A institucionalização do Estado de Segurança Nacional, no Brasil, segundo Alves (1987), pode ser vislumbrada em três fases distintas: a primeira inicia-se com o golpe e visa a eliminar aqueles que estavam ligados anteriormente a movimentos políticos e sociais. Setores da oposição são enfraquecidos e ingressam num período de desorganização e falta de perspectivas. A edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, também considerado “o golpe dentro do golpe” (VENTURA, 2008, p. 101), dá início a segunda fase marcada pelo endurecimento da ditadura. A partir de então, “o aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissidência organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo” (ALVES, 1987, p. 135). Esse período foi caracterizado pela extrema violência das forças de segurança. Depois do AI-5, “seguiu-se um período de silêncio, medo, confusão e desânimo” (ALVES, 1987, p. 137). A terceira fase, iniciada em 1974, se dá quando se coloca em curso a “política de distensão” do governo Geisel.

Depois da edição do AI-5, o movimento estudantil sofreu refluxo, isso porque muitos estudantes foram presos ou aderiram aos movimentos de luta armada enquanto outros passaram a viver na clandestinidade. Nesse contexto de esvaziamento das lideranças estudantis e dos agitos trazidos pelos movimentos estudantis de 1968, Dinaelza ingressa na Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Assim que chegou, foi chamada a desenvolver o trabalho político-estudantil daquela universidade, assumindo a direção do Diretório Acadêmico (DA) de Geografia, junto com Emília Teixeira. Elas se envolveram fortemente no movimento em prol da criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UCSAL, tornando-se as novas lideranças do movimento, em substituição aos líderes estudantes que foram empurrados para a clandestinidade por força do AI-5 (PADRE, 2020). Assim, “o partido tirou o mais visado e colocou esses jovens que iniciavam o trabalho” (RIBEIRO, 2014)^[12].

Em Salvador, Dinaelza começou a namorar com o estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Vandick Reidner Pereira Coqueiro^[13]. Esse relacionamento impulsionou ainda mais a sua participação no movimento estudantil (MIRANDA, 2016). Vivenciando uma rotina de trabalho, estudo e atividades clandestinas, Dinaelza e Vandick ficaram noivos em 11 de outubro de 1969 e se casam em 25

de abril de 1970. Depois de casados, Vandick e Dinaelza foram morar em um apartamento que lhes foi presenteado pelo pai de Vandick, Arnóbio Santos Coqueiro. O casal de revolucionários aliava atividades domésticas e estudo com as ações partidárias. No entanto, assegura Santos (2001) o Comitê Regional do PC do B não entendia dessa forma: eles queriam Vandick nas tarefas políticas e Diná, no trabalho de produção, assumindo a sustentação financeira dos dois com o salário que recebia do trabalho na Sadia Transportes Aéreos. Dinaelza, todavia, não aceita tal decisão. E, colocando em xeque o centralismo democrático do partido, o qual prescrevia a subordinação do militante às decisões partidárias, se recusou a abdicar da militância política. Também destacamos a importância dos debates acerca das relações de gênero e militância política, tendo em vista que a posição de Diná contrariava relações de poder baseadas no “coisas de homem” e “coisas de mulher”. Assim, como destaca Teles (2017), a entrada da mulher na luta armada deu-se pelas exigências feitas pelas próprias mulheres às organizações, o que também não deixou de significar dificuldades no enfrentamento entre a militância e as relações de gênero.

Voltando as ações do casal, eles viveram pouco tempo no seu apartamento, pois, para driblar a repressão passaram a morar em aparelhos e, as mudanças de residências eram frequentes. Diva Santana (2016, s.p), irmã de Dinaelza, nos esclarece: “era a cada oito dias num canto diferente e, às vezes, até separados”^[14]. Viveram nessa condição até primeiros meses de 1971. A cada dia, eram mais visados pela ditadura. Por isso, Dinaelza precisou sair do emprego na Sadia e abandonar o curso na universidade. Os cartazes de “procurados” pela polícia estampavam, entre outras, a sua fotografia. Não tardou para que Partido adotasse providências no sentido de retirá-los de cena: a alternativa foi enviá-los para uma “tarefa especial”.

Quanto à ida para o Araguaia, como assegura Sousa (2011), o partido realizava cuidadosa triagem para recrutamento dos militantes que participariam do confronto armado. Além de criterioso, o processo também era secreto e testava as habilidades físicas e psicológicas do/a militante. Porém, para a autora:

A maior preocupação dos membros do Comitê Central do Partido era avaliar a consciência revolucionária e a abdicção da vida que se vivia, até então, para o pleno envolvimento que a tarefa exigia, ao assumirem o desafio de ir para o interior do Brasil (SOUSA, 2011, p. 61-62).

Dinaelza e Vandik, ao que tudo indica, atendiam ao que era estabelecido pelo partido. A nossa pesquisa mostra que diferentes fatores contribuíram para que se fossem enviados para engrossar as fileiras das Forças Revolucionárias do Araguaia. Além de serem procurados pela polícia e correrem o risco de serem presos, torturados ou mortos, e, por consequência, colocar em risco a organização; também eram maoístas convictos. Anos de estudos, formação e militância política, apresentavam as condições para isso. Além do mais, eles estavam certos de que esse era o caminho que teriam que percorrer (PADRE 2020). Numa carta de despedida ao irmão, Ubirajara, Vandick revela: “os sacrifícios serão maiores, mas a causa é justa e a vitória é certa. [...] a coisa mais dura de se manter é uma consciência culpada. E se não fizesse essa opção, eu, como homem, viveria eternamente fugindo de minha própria sombra” (COQUEIRO, [1971] apud SANTOS, 2001). Dinaelza, por sua vez, justifica aos pais a escolha que fizera, com as seguintes palavras: “só nos resta este caminho e é com amor que vamos percorrê-lo” (GASPARI, 2014, p. 419).

Nesse contexto, no primeiro semestre de 1971, Dinaelza e Vandick, chegam a região do Bico do Papagaio, adotando os nomes de Mariadina ou Diná e João ou João Goiano (DÓRIA *et al.*, 1978). Ali, compuseram o Destacamento B, situado na região da Gameleira, juntamente com outros militantes dentre os quais, cinco mulheres: Suely Yumiko, Luiza Garlippe, Regilena da Silva Carvalho e Walkíria Afonso.

De acordo com o apurado pela CNV, Dinaelza Coqueiro “ficou conhecida [na região] como Maria Dina e, ao longo da guerrilha, ganhou notoriedade por sua coragem e capacidade de sobrevivência” (BRASIL, 2014, p. 1579). Carregou fama de valente, braba, “daquele tipo de mulher que mesmo no infortúnio da covardia não levava desaforo” (SÁ, 2004, p. 47). E foi assim que Dinaelza Coqueiro enfrentou tortura e morte. O livro-relatório *Habeas corpus: que se apresente o corpo* publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

da República, em 2010, nos traz um emocionante relato de Diva Santana, narrando o que apurou sobre prisão e morte de sua irmã, nas expedições que fez à região do Araguaia. Em suas palavras:

Minha irmã foi presa na casa de um camponês, ela estava há mais de um mês escondida na selva, falou que já tinha comido 50 jabutis crus. Dizem que essa camponesa recebeu 5 milhões de cruzeiros [valores da época] e entregou a minha irmã para a polícia. A mulher diz que foi em abril ou maio de 1974. Entregou ela, ela ficou presa, amarraram com corda, de noite dormiram, ela queimou as cordas numa lamparina e fugiu, com o braço todo queimado. Mas não foi muito longe, estava muito debilitada, subiu numa árvore perto da casa. Aí eles saíram com cachorros à procura, um cachorro a encontrou, o guia pediu que ela se entregasse, ela não desceu.

[...] O Zezão, vaqueiro da fazenda Taboca [em 2010, Rainha do Araguaia] [...], pegou um machado, derrubou a árvore, amarrou-a pelos cotovelos, porque os braços estavam queimados. Ele passou um rádio para o Curió, e ele veio com helicóptero e levou ela presa (BRASIL, 2010, p. 67),

Em outro trecho do depoimento, ela esclarece o que ouviu da senhora Antônia Ribeiro, viúva do então guia dos militares, Arlindo Vieira da Silva:

Ela me contou que esse mesmo helicóptero desceu dias depois no terreno do Arlindo Piauí, pistoleiro da região e guia do Exército. Descem quatro homens com a Dinaelza presa. A mulher descreve direitinho como ela estava, com os braços enfaixados, e os três homens perguntaram onde morava um irmão da Dona Antônia que se chamava Iomar Galego. Todos eles eram guias do Exército. Ela pega um filho mais velho e o manda ensinar onde é a casa do irmão dela, ali próximo. Daí a pouco chega o menino dizendo que não encontrou o tio, e os homens saíram todos levando Dinaelza presa. A Dona Antônia diz que demorou um pouco, ouviu tiros, ficou apavorada, se fechou dentro de um quarto com todos os filhos. Chegam os quatro homens sem Dinaelza, e o Curió muito irritado porque a arma dele falhou. Ele a xingava 'vagabunda, filha dumas quantas'. Disse que ela cuspiu nele. Aí ele foi matar e emperrou a arma, outro soldado foi quem matou (BRASIL, 2010, p. 67).

Desde que saiu de Salvador, em 1971, os familiares perderam o contato com Dinaelza. Exceto por uma única carta, não mais tiveram notícias suas^[15]. Desde a década de 1980, depois de constatar que Dinaelza esteve na guerrilha do Araguaia, Diva Santana, sua irmã mais velha, depreende busca incessante pelo seu paradeiro. Por meio de moradores da região soube da sua morte, conforme mencionado anteriormente. A partir de então, Diva tem buscado pelo corpo insepulto a fim de dar-lhe sepultamento digno. Essa busca, entretanto, tem ultrapassado os limites do privado, ou seja, familiar; e tem atingido a esfera pública, uma vez que se passa a buscar pelos desaparecidos de modo geral e, paulatinamente, pelos direitos humanos em seu sentido *lato*. Por sua militância, Dinaelza tem importante papel na luta pela derrubada da ditadura, no Brasil. Mas não apenas por isso. A busca pelo corpo insepulto de Dinaelza Coqueiro se inscreve na luta por memória, verdade e justiça e assume contextos mais amplos.

DINALVA OLIVEIRA

A outra militante por nós apresentada é a baiana Dinalva Oliveira. Nascida em 1945 no distrito do Argoim, município de Castro Alves, Naná como era carinhosamente conhecida, foi a segunda filha, dos sete que seus pais, Elza Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira, tiveram. Ela estudou no distrito até o 5º ano e depois juntamente com seus pais se mudaram para Salvador, como destaca o jornalista baiano Paulo Oliveira^[16].

Na capital, Dinalva realizou o curso ginasial no Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), e concluiu o colegial no Colégio Estadual da Bahia, popularmente conhecido como Central^[17], ambas instituições públicas (MERLINO; OJEDA, 2010). Cabe ressaltar que o ICEIA teve papel de destaque no movimento estudantil secundarista baiano, haja vista que muitas lideranças políticas, que mais tarde estiveram à frente de movimentos contra a ditadura estudaram lá (BRITO, 2008). Além disso, acerca do Central, segundo Souza (2013, p. 44), "Politicamente, os alunos do Central e demais estudantes de Salvador, nos anos 1960, sofriam influências de líderes vinculados a várias organizações de esquerda". Dentre algumas

organizações, a autora menciona o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Ação Popular (AP). E nesse contexto Dinalva concluiu o colegial em meados de 1963.

No ano de 1964, Dinalva ingressou no curso de Geologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)^[18]. Segundo Merlino e Ojeda (2010), durante o período na universidade Dinalva morou na Casa do Estudante, espécie de alojamento da universidade, bem como passou por dificuldades no âmbito econômico. No campo político, em 1967, o PCdoB resolveu propor uma frente ampla para vencer as eleições da União dos Estudantes da Bahia (UEB). Para presidente da chapa, Antônio Carlos Monteiro Teixeira da Faculdade de Geologia foi escolhido. Segundo Santos (2004), a escolha partiu de dois principais aspectos: a representatividade política de Antônio frente à faculdade de Geologia e, também a liderança feminina de Dinalva Oliveira, também da mesma faculdade (SANTOS, 2004; MERLINO; OJEDA, 2010). Mas, apesar da organização da chapa, não conquistam a eleição. Por outro lado, aqui ressaltamos o despontar de Dinalva em tão pouco tempo de vivência na capital, uma vez que adentrou a universidade em 1964 e, em 1967, já era vista como uma liderança feminina. Algo que, como apontado por Santos (2001), nos concebe indícios de sua representatividade e posicionamentos no movimento estudantil, algo importante na compreensão de sua trajetória política (CAVALCANTI JUNIOR, 2020).

Além dos aspectos políticos anteriormente apresentados, entre a militância estudantil e as constantes perseguições que já estavam sofrendo, Dinalva e Antônio Monteiro, colegas do curso de Geologia, passam a namorar e posteriormente casam-se em Salvador no primeiro semestre de 1969 (MERLINO; OJEDA, 2010). Todavia, mediante a instauração de inquéritos policiais militares (IPM's) e as constantes investigações de lideranças estudantis, a “opção” por sair de Salvador acabou se tornando a mais viável. Assim, em maio de 1969, Dinalva e Antônio já formados em geologia, decidiram ir para cidade do Rio de Janeiro, onde passaram a trabalhar no Departamento Nacional de Petróleo, órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia (SANTOS, 2004).

No pouco tempo que ficam em solo carioca, Dinalva e Antônio desenvolvem ações de cunho político e social em uma comunidade, além de desempenharem atividades na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (CORRÊA, 2013). Oportunamente é importante destacar que, por mais que possa parecer estranho a ação do casal, que em meio a toda perseguição que estavam vivenciando, passam a trabalhar em uma empresa governamental. Isso nos leva a compreender que os partidos políticos não tinham como manter a militância. Dessa forma, ocupar postos de trabalho também era a prática cotidiana de sobrevivência e obviamente dos cuidados inerentes à repressão. Dito isto, com o acirramento cada vez maior por parte do Estado repressor, em 1970, Dinalva e Antônio partem para o Araguaia, compondo o destacamento C (CAVALCANTI JUNIOR, 2020).

Nas pesquisas realizadas ao longo do doutorado, com diferentes fontes documentais, Cavalcanti Junior (2020), observou que o nome de Dinalva, conhecida no Araguaia como Dina, era um dos mais mencionados. Além das características atribuídas a ela, tais como caráter aguerrido nas ações, astúcia e postura firme, haviam também a generosidade e o carinho com o povo da região. Destacamos ainda o fato de Dina ter sido a única mulher a chegar ao subcomando da guerrilha do Araguaia. Soma-se ainda os indícios, algo apontado também por Moraes e Silva (2005) e em entrevista de José Genoíno à Cavalcanti Junior (2020), de que ela e Antônio Monteiro terem desenvolvido o mapa da região e suas coordenadas.

A formação acadêmica facilitava o reconhecimento de lugares pelas cores das rochas, pela inclinação do terreno, pelo tipo de solo e vegetação. Dina e Antônio fizeram um mapa de toda a área, usado pelos três destacamentos. O refúgio, diziam, estava na região do Xingu, melhor lugar para os guerrilheiros se protegerem caso houvesse necessidade de retirada diante de ataques militares (MORAIS; SILVA, 2005, p. 114).

Moraes e Silva (2005), descrevem que certa vez a guerrilheira Lúcia (Luzia Reis) ficou impressionada ao ver Dina chegar com um saco de arroz que pesava aproximadamente 60 quilos, em suas costas. A informação

apresentada por Moraes e Silva (2005) nos ajuda a compreender não apenas a construção da imagem de Dina pelos atos no Araguaia, mas, também o respeito perante os companheiros e as companheiras de partido.

Iniciadas as primeiras ações do Estado, a fama de Dina passou a ser ainda mais reconhecida, ganhando inclusive contornos místicos, passando a ecoar por toda a região, a capacidade que ela supostamente teria de se transformar em borboletas e pássaros, bem como de sumir repentinamente (CAMPOS FILHO, 1997). Logo, a prisão e o morte Dina passou a ser ainda mais simbólica pela repressão, vide o prestígio que tinha com a população local e o findar de um mito (MORAIS; SILVA, 2005).

A partir do descrito e das dificuldades em prender ou capturar Dina, uma das últimas sobreviventes do Araguaia, é possível compreender alguns porquês dela ter sido uma das pessoas e a mulher mais perseguida da guerrilha. Nos constantes insucessos das operações da repressão, além de levar atendimentos médicos e sociais para a região, outra prática para obter apoio da população local foi colocar preço na captura das guerrilheiras e guerrilheiros. Assim, como pontua Corrêa (2006, p. 77), “Osvaldão e Dina eram os mais valiosos. Valiam 5 mil cruzeiros se apanhados vivos, e 10 mil cruzeiros se mortos”. Essa informação rechaça o quão simbólico era o findar de Dina para a guerrilha e para seu legado.

Por fim, Dina foi assassinada aos 29 anos e seu corpo segue sem paradeiro. Índícios de que estava grávida ao ser presa e posteriormente morta, são pontos que reafirmam ainda mais os atos de crueldade e de total desrespeito aos Direitos Humanos por parte do Estado brasileiro, algo não restrito apenas à questão da gravidez, mas por tudo que foi realizado desde as primeiras ações da repressão (GASPARI, 2004; TELES, 2014). Algo que se soma a chamada “Operação limpeza”, que foi o retorno de militares à região em 1974, onde vestígios da guerrilha foram apagados. Assim, o corpo de Dinalva e de todas as pessoas mortas no Araguaia, como Dinaelza nunca foram encontrados, fazendo parte do triste número de mortos e desaparecidas políticos do período (CNV, 2014).

AS MULHERES GUERRILHEIRAS

Ao estudar a trajetória das Dinãs do Araguaia, verificamos que, a o lugar da mulher guerrilheira não é uniforme, tampouco linear na Guerrilha do Araguaia; mas apresenta as contradições e particularidades próprias da realidade concreta, naquele momento histórico. Isso nos parece claro, quando observamos diferentes relatos dos sobreviventes do conflito. Por exemplo, José Genoíno Neto (1978), o guerrilheiro de codinome Geraldo, que viveu no Destacamento B, o mesmo onde viveu Maria Dina, em seu depoimento à Revista História Imediata, revela como se deu a participação das mulheres:

As mulheres participam de todos os trabalhos. Enfrentam maiores dificuldades na adaptação, devido toda herança de formação anterior. Foi importante sentir o engajamento da mulher no mesmo nível do homem, e observar que a diferença seria eliminada a partir do próprio homem ao confiar na capacidade da mulher, e da própria mulher demonstrando sua força política, física e militar (GENUÍNO NETO, 1978, p. 34).

Glênio de Sá, outro guerrilheiro do Destacamento B, em seu livro Araguaia, relato de um guerrilheiro (2004), assegura que os trabalhos domésticos obedeciam a um sistema de rodízio. Ele narra que uma visitante, moradora local, estranhou quando os visitou e viu a Sueli sentada enquanto ele, um homem, preparava o almoço. Sobre a atuação das mulheres na Guerrilha do Araguaia, o autor destaca:

Abro um parêntese aqui para destacar a atuação das nossas camaradas, tanto na preparação como na fase da luta. Elas tinham cumprido muito bem a dupla tarefa de superar a formação machista que haviam recebido anteriormente e vencer os preconceitos existentes na sociedade. Não havia diferença de sexo entre a gente quando se tratava de uma tarefa. Participaram do trabalho na roça, no castanhal, na caça, na pesca e nos treinamentos militares. Fosse no carregamento de peso, numa corrida, a dois, no salto, no tiro ao alvo, diversas vezes elas nos superavam. Na fase da luta armada apresentaram um desempenho extraordinário, destacando-se entre os nossos melhores combatentes. A solidariedade delas e sua capacidade de vencer as dificuldades ultrapassavam as nossas. Foram todas, sem exceção, verdadeiras revolucionárias e heroínas exemplares (SÁ, 2004, p. 18).

Também verificamos na nossa pesquisa que houve um grande esforço das guerrilheiras no sentido de lutar contra qualquer tipo de diferença em tarefas e em se firmar em condições de igualdade com os homens. Em entrevista a Teles (2014), Criméia Schimmdt, primeira mulher que chegou à região da guerrilha, destacou alguns detalhes sobre a vivência e as ações construídas culturalmente como “masculinas”:

Eles não falavam abertamente, mas faziam assim: “– Traz esse saco de 60 kg!” Alguns deles conseguiam, mas nem todos. Era óbvio que eu [...] não ia conseguir. Eles diziam com sarcasmo: “– Como? Você não é guerrilheira?” Uma vez chegou de barco um carregamento e [...] não tinha mais ninguém. [...] Tive de abrir os sacos e pegar aos poucos e ir levando até a casa. Fiz “trocentas” viagens e, depois, [...] costurei os sacos como se não tivessem sido abertos (TELES, 2014, p. 474).

Os fatos narrados nos permitem refletir sobre a categoria gênero e como elas poderiam ser pensadas no Araguaia. A partir do descrito, compreendemos que apesar de organicamente não existirem diferenças, algo assegurado inclusive no Regulamento Militar que regia a Forças Guerrilheiras[19], o processo de luta feminina e a defesa de seu protagonismo não foi algo simplesmente atribuído, mas conquistado em cada ato. Uma vez que, apesar de estar presente em uma luta comum contra a repressão e demais bandeiras políticas, houve inúmeras dificuldades para que as mulheres encontrassem espaços de expressão dentro dos grupos políticos (COLLING, 1997). Dessa forma, fizeram com que buscassem seus próprios “[...] territórios subjetivos e políticos, o que não se fez sem muitas pressões misóginas” (RAGO, 2013, p. 120-121).

Ainda sob o aspecto apontado anteriormente, é importante destacar que das mulheres que foram a guerrilha, apenas Dinalva Oliveira chegou a um posto de comando, chegando a subcomandante do destacamento C (CAVALCANTI JUNIOR, 2020). Contudo, compreendemos que apesar de toda representatividade de Dina no processo de luta instaurado no Araguaia, todas as militantes tiveram seus destaques e seu grau de protagonismo. Tendo em vista que ser mulher, ser guerrilheira era por si só um ato revolucionário, o qual rompia com aspectos culturais patriarcais e que naturalizavam funções baseadas no gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias de Dinaelza Coqueiro e Dinalva Oliveira, apesar de seus distanciamentos, possuem aproximações, pois, ambas, ao saírem do interior da Bahia, passaram a conviver com a efervescência política da década de 60 do século XX, na capital Salvador. Além disso, engajaram-se no movimento estudantil, e sentiram o dia-dia suas vidas serem mudadas ao longo da solidificação ditatorial pós 1964. Aproxima-se também no sentido de suas relações amorosas. É na militância que as “Dinas do Araguaia” conhecem os seus companheiros. Dinaelza começou a namorar com o militante Vandick Coqueiro no movimento estudantil em Salvador, na capital baiana, ficaram noivos e posteriormente se casaram. Dinalva Oliveira, no mesmo contexto, desenvolve o relacionamento com Antônio Monteiro (PADRE, 2019; CAVALCANTI JUNIOR, 2020). Posteriormente os dois casais, por serem procurados pela polícia, se retiram de Salvador e passam a compor o grupo que atuou na Guerrilha do Araguaia. Cabe ressaltar que apesar de conviverem em tempos e espaços tão próximos, não há indícios, até o fechamento deste texto, de que ambas chegaram a se encontrar, inclusive no Araguaia.

As “Dinas do Araguaia”, nas trajetórias por nós estudadas, se mostraram mulheres à frente do seu tempo. Corajosas, idealistas e destemidas, capazes de largar o conforto do lar, da família e se adentrar fortemente numa tarefa na qual colocavam em risco a própria vida. Viveram toda sorte de dificuldades que a vida na mata ofereceu. Participaram de duros treinamentos militares. E, principalmente, de armas nas mãos, enfrentaram a ditadura. Foram aniquiladas. Famintas, descalças, usando trapos e doentes, foram presas, torturadas e mortas pela Ditadura. Seus corpos permanecem insepultos, jamais localizados ou devolvidos aos familiares para sepultamento digno. Ambas permanecem, ainda nos dias atuais sob a identidade de desaparecidas políticas, assim como outros mais de duzentos e quarenta brasileiros: homens, mulheres, negros, brancos, pardos,

jovens, adultos, mães, pais, filhos e irmãos. Pessoas que perderam os seus nomes e a possibilidade de ligação com seu passado.

Em relação às ações do Estado Brasileiro frente à justiça de transição e a reparação, no ano de 1995, o então chefe do Estado Brasileiro Fernando Henrique Cardosos assinou a Lei 9.140/95. Além de reconhecer as mortes realizadas durante o período ditatorial, propôs indenizações às famílias (LIMA, 2019). Ainda em relação à política de “reparação”, em 1996 foi assinado o decreto 2.038/96, que concedeu indenização às famílias de pessoas desaparecidas ou mortas em razão de atuação ou participação política entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Ainda que as “Dinas do Araguaia” tenham sido contempladas com medidas de reparação do Estado brasileiro, para os seus familiares, o aspecto de maior importância – o seu paradeiro – continuou/continua sem respostas.

A partir do exposto, compreendemos que escrever sobre Dinaelza e Dinalva é também um ato político. Isso porque consideramos que destacar a trajetória de duas mulheres baianas que foram assassinadas durante a Guerrilha do Araguaia, lança luzes sobre a militância feminina no enfrentamento à ditadura. Militância de mulheres que precisam ser lembradas e, jamais esquecidas, para que nunca mais aconteça aquele regime de terror e violência no nosso país. Não esqueceremos a função desempenhada pelas mulheres nos diferentes períodos vividos e suas diversas frentes de resistência e protagonismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. v. 3. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Habeas corpus: que se apresente o corpo**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. (livro-relatório).
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia – A esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.
- CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **As Dinis do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. 216 fl. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2020.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos, 1997.
- COQUEIRO, Vandick Reidner. Carta ao irmão Ubirajara Coqueiro. Salvador, BA, 09 mar. [1971]. In: SANTOS, Andréa Cristiana. **Memórias da resistência**. perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na Guerrilha do Araguaia. 2001. Trabalho de Conclusão do Curso (TCC Comunicação Social – Jornalismo) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação. Salvador, BA, 2001.
- CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)**. 2013. 619 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS. UNB, 2013.
- DÓRIA, Palmério; CARELLI, Vicent; BUARQUE, Sérgio; SAUTCHUCK, Jaime. **A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: alfa-ômega, 1978. (Coleção História Imediata).
- GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GENUÍNO NETO, José. O guerrilheiro – Depoimento de José Genuíno Neto. In: DÓRIA, Palmério; CARELLI, Vicent; BUARQUE, Sérgio; SAUTCHUCK, Jaime. **A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: alfa-ômega, 1978. (Coleção História Imediata).

- LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. **Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro**. 2019. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da conquista, Bahia, 2019.
- MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs). **Direito à memória e à verdade: luta substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos, 2010.
- MIRANDA, Dilma Santana. Dinaelza Santana Coqueiro. Entrevista cedida a Gilneide de Oliveira Padre Lima. **Projeto de Doutorado**, Vitória da Conquista, BA, 06 de março de 2016.
- MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. **Novos combates pela História: desafios–ensino**. Campinas: Contexto, 2021. pp.85-114
- PARANÁ, Denise. **Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoíno**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX. o tempo das dúvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SÁ, Glênio Fernandes de. **Araguaia, relato de um guerrilheiro**. Guerrilheiro do Araguaia. 1990. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combaterentes/glenio/livro_relato/index.htm. Acesso em: 01 nov. 2016.
- SANTANA, Diva Soares. Dinaelza Santana Coqueiro. Entrevista cedida a Gilneide de Oliveira Padre Lima. **Projeto de Doutorado**, Vitória da Conquista, BA, 06 de março de 2016.
- SANTANA, Diva Soares. Dinaelza Santana Coqueiro. Entrevista cedida a Gilneide de Oliveira Padre Lima. **Projeto de Doutorado**, Vitória da Conquista, BA, 28 de agosto de 2017.
- SANTOS, Andréa Cristiana. **Memórias da Resistência: perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na Guerrilha do Araguaia**. 2001. 100 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- SANTOS, Andréa Cristiana. **Ação entre amigos: História da Militância do PC do Brasil em Salvador (1965-1973)**. 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2004.
- SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954- 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SOARES, Maria Vitória Moreno. Dinaelza Santana Coqueiro. Entrevista cedida a Gilneide de Oliveira Padre Lima. **Projeto de Doutorado**, Salvador, BA, 04 de junho de 2017.
- SOUSA, Deusa Maria de. **Lágrimas e lutas. a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, SC, 2011.
- SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **“Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- RIBEIRO, Luzia Reis. Depoimento. In: COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nXJeHWb0ZyQ>. Acesso em: 16 jun. 2016; 09 ago. 2016.
- TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972- 1974). **Revista História – Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 464-480, set./dez. 2014.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.
- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 1985.

NOTAS

- [1] Por revisionismo ideológica compreendemos a “apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista” (NAPOLITANO, 2021, 85).
- [2] Em 2019 houve a publicação em formato de livro pelo editora Pimenta Cultural. Ver: CAVALCANTI JUNIOR, 2019.
- [3] Em 2020 defendeu a tese: “As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar”, junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
- [4] Em 2020 houve a publicação em formato de livro pela editora CRV. Ver: PADRE, 2020.
- [5] A trajetória de Dinaelza Coqueiro, militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) nos leva a mais outras duas mulheres baianas que assim como ela fizeram parte do episódio conhecido como guerrilha do Araguaia, Dinalva Oliveira e Luzia Reis. Em seu doutorado, Ary Albuquerque tentou alguns contatos com Luzia Reis, contudo, por não obter sucesso optou em trabalhar com as trajetórias das Dinãs – como ficaram conhecidas.
- [6] A imagem em destaque trata-se de um mosaico produzido pelo autor, a partir de fotos das militantes disponibilizadas em obras como obras como “Direito à memória e à verdade: luta substantivo feminino” (MERLINO; OJEDA, 2010), “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha” (MORAIS; SILVA, 2005), além de sites como o Carta Capital.com, Brasil de Fato e outros que destacam fontes imagéticas sobre a ditadura militar no Brasil.
- [7] Passou a ser Dinaelza Santana Coqueiro após o seu casamento com Vandick Reidner Pereira Coqueiro.
- [8] Entrevista concedida por Maria Vitória Moreno Soares, prima de Dinalza Coqueiro, a Gilneide Padre, em 04 de junho de 2017.
- [9] De acordo Camarano e Abramovay (1997, p. 9), em estudo sobre o êxodo rural brasileiro, além da saída do campo estar associada à dinâmica intrafamiliar, também existe uma “ligação entre processos migratórios e formação educacional”. Ver: CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997.
- [10] Entrevista concedida por Dilma Santana Miranda, irmã de Dinaleza Coqueiro, a Gilneide Padre, em 06 de março de 2016.
- [11] Empresa aérea brasileira criada em 1955, que passou a ser denominada Transbrasil S.A. Linhas aéreas em 1972. Disponível em: <http://www.aviacao brasil.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- [12] Depoimento de Luzia Reis Ribeiro à comissão da Verdade do Estado da Bahia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nXJeHWb0ZyQ>. Acesso em: 09 ago. 2016. Depoimento transcrito e analisado pela autora.
- [13] Vandick Reidner, nascido em Boa Nova (BA), muito jovem migrou, juntamente com sua família para a cidade de Jequié, onde, como Dinaleza, também estudou no Instituto Régis Pacheco e fez parte do Clube de Literatura.
- [14] Entrevista concedida por Diva Soares Santana, irmã de Dinaelza Coqueiro, a Gilneide Padre em 06 de março de 2016.
- [15] A referida carta pode ser encontrada em Padre (2020).
- [16] Entrevista disponível em: <http://www.meussertoes.com.br/2017/09/20/nana-do-argoim-e-dinamonte/> Acesso em: 26 maio 2018.
- [17] Na Bahia, a referida instituição de ensino, também conhecida como Colégio Central ou Colégio Estadual da Bahia, foi fundada em 1837, foi a primeira instituição de ensino do Brasil a propor o ensino médio público. Já o Instituto Central de Educação Isaias Alves (ICEIA) atualmente ela tem o nome de Ee – Centro Estadual De Educação Profissional Formação e Eventos Isaias Alves. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/node/12115> acesso em 30 abril 2023 às 09:39.
- [18] Segundo Brito (2008) a universidade foi federalizada em 1965.
- [19] “1- combatente é todo integrante das Forças Guerrilheiras. Não há distinção entre os combatentes, a não ser pelas funções que exercem” (MORAIS; SILVA, 2005, p. 82).

LIGAÇÃO ALTERNATIVE

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/6765/6486> (pdf)